

Delimitando a “Nova Direita” para refletir sobre a ascensão reacionária no Brasil Contemporâneo

Flávio Henrique Calheiros Casimiro¹

Introdução

O artigo em tela, que parte de uma pesquisa mais ampla sobre as estratégias de atuação e construção de hegemonia burguesa no Brasil contemporâneo, busca refletir sobre a noção de “nova direita” brasileira, como recurso para pensar a própria ascensão do movimento reacionário no Brasil contemporâneo. Todavia, essa chamada “nova direita”, que vem sendo utilizada na caracterização dos movimentos conservadores e/ou reacionários brasileiros na contemporaneidade, constitui-se como uma categoria em construção e, portanto, ainda carece de uma definição conceitual mais precisa. Nesse sentido, é importante destacar alguns questionamentos iniciais: em que medida seria possível afirmar a existência de uma “nova direita” brasileira? Se estamos diante da expressão de uma “nova direita”, o que a caracteriza? E, por fim, de que forma o projeto da extrema-direita bolsonarista se enquadra nessa supostamente nova expressão das direitas brasileiras?

É fato que tem sido recorrente o uso do termo para explicar o atual movimento das direitas e o próprio cenário de ascensão do projeto da extrema-direita bolsonarista ao poder. Entretanto, evidencia-se a existência de diferentes concepções e delimitações acerca da categoria, principalmente no que se refere ao seu ponto de partida, ou seja, ao processo histórico que define e caracteriza a sua especificidade. Diante do exposto, a proposta deste artigo é, a partir de uma reflexão sobre o atual processo de ascensão reacionária no Brasil, trazer algumas contribuições para uma melhor delimitação da noção de “nova direita”, enquanto categoria metodológica de análise e caracterização do movimento das direitas brasileiras.

Discutindo os limites da Nova Direita

Como assinalado, diante do cenário obscuro de ascensão de um projeto de extrema-direita ao poder, que tem deixado perplexos setores progressistas, com discursos autoritários em um explícito processo de fascistização, muitas análises e estudos têm sido produzidos na tentativa de trazer alguma explicação para esse movimento reacionário no Brasil. Por conseguinte, a atual conjuntura e o próprio uso do termo “nova direita” nos remete à necessidade de uma caracterização mais elaborada, no sentido de evitar abordagens reducionistas ou que desconsiderem a sua análise enquanto um processo histórico mais complexo.

Diante de tal preocupação metodológica discutiremos algumas abordagens que tentam delimitar o termo, apontando algumas características importantes que precisam ser consideradas, bem como algumas de suas fragilidades. Para tanto, o recurso aqui utilizado foi o de elencar algumas abordagens recorrentes que, de alguma forma,

¹ Doutor em História (UFF) e professor do IFSULDEMINAS - Campus Poços de Caldas.

utilizam-se da noção de nova direita, como forma de tentar explicar esse avanço conservador no Brasil contemporâneo.

A primeira tentativa de explicação da atual conjuntura, no sentido de estabelecer uma delimitação conceitual para o termo “nova direita”, que destacamos, parte de um enfoque sobre o seu caráter discursivo. Nessa perspectiva, o característico discurso de ódio que vem ganhando proporção e reverberação nos últimos anos, seria uma marca de distinção desse novo movimento de caráter reacionário no Brasil, se comparado às direitas mais tradicionais.

É um fato inquestionável que acompanhamos o fortalecimento de um movimento reacionário extremamente truculento, caracterizado pelo discurso de ódio, racismo, intolerância, autoritarismo, LGBTfobia, e ataque sistemático à política e ao conhecimento científico. Discursos extremamente violentos que apresentam um inquietante desprezo por determinadas minorias e grupos sociais subalternos que até pouco tempo pareciam improváveis de serem proferidos e que causavam certo constrangimento até mesmo para conservadores, passaram a ser proferidos de forma desavergonhada, por pessoas de diferentes segmentos sociais. Para além disso, causando perplexidade, passaram a ser cada vez mais “naturalizados” e fazer parte da retórica de autoridades e lideranças políticas.

Entretanto, para nossa análise, a ampliação desse discurso de ódio não é suficiente para a caracterização de uma “nova direita”. O fato é que os discursos supracitados não representam propriamente uma novidade do ponto de vista teórico-político, tanto no sentido do conteúdo desses discursos, tampouco na sua virulência. Talvez na sua repercussão e reverberação, mas não como uma novidade. São manifestações que encontram semelhança em outras conjunturas, sendo muito característicos de movimentos de caráter autoritário e de extrema-direita precedentes, seja no Brasil ou em outros países.

Isso se verifica tanto no que concerne aos chamados fascismos históricos, com o característico nacionalismo, seus discursos chauvinistas de exaltação de uma pátria gloriosa e abstrata a ser restaurada ou construída, com a necessidade de uma união diante de inimigos comuns (comunismo, a desagregação da família e da sociedade diante de valores liberais, etc). Discursos e práticas essas que eram replicados, reproduzidos e naturalizados por segmentos sociais mais conservadores e reacionários. A perseguição de minorias e grupos subalternos nunca foi uma prática exclusiva dos regimes fascistas e nazifascistas, mas estava presente no cotidiano das pessoas, era algo compartilhado e reproduzido socialmente.

Essas manifestações de ódio também podem ser exemplificadas a partir de movimentos políticos de caráter reacionário, assim como em discursos que sustentaram regimes ditatoriais da história do Brasil. Como no caso do Movimento Integralista Brasileiro dentre outros movimentos reacionários de caráter fascista, assim como no próprio golpe de 1964, e a ditadura civil-militar que se estabeleceu a partir da ruptura institucional. O “perigo vermelho” do comunismo e as supostas ameaças à família e aos bons costumes, já motivaram discursos extremamente excludentes, violentos e

discriminatórios, legitimando, no limite, as medidas mais extremas, como a própria tortura e o extermínio dos “indesejáveis” do regime. Nada mais emblemático que a “*Marcha da família com Deus pela Liberdade*”, realizada em 1964 por apoiadores do golpe civil-militar, que vem sendo reeditada nos últimos anos.

Para além desses poucos exemplos, a ideia aqui defendida é a de que uma parte significativa da sociedade brasileira sempre se mostrou extremamente conservadora, reacionária e truculenta. Dessa forma, tais discursos de ódio constituem-se como uma manifestação sempre atualizada e recorrente na história política brasileira, fazendo parte, quase de forma naturalizada do nosso cotidiano. Em algumas conjunturas com mais expressão, em outras com menos, mas sempre presente. O fato é que essas manifestações ganharam reverberação caracterizando uma espécie de escalada do ódio, nos últimos anos, diante da conjuntura de crises (econômica, política e social).

Por outro lado, as novas tecnologias de comunicação que, para além do seu característico potencial de comunicação e capilaridade, transmitem uma certa sensação de proteção e invisibilidade, permitindo e/ou estimulando a manifestação de determinados discursos sem maiores constrangimentos sociais e legais. Com isso, potencializaram a reverberação e capilaridade desse tipo de manifestação, ampliando substancialmente a escala das representações.

Essa última consideração nos remete a outra discussão conceitual da “nova direita”, que carece de uma análise mais pormenorizada. Trata-se das concepções que tentam atribuir ou definir o caráter de excepcionalidade e especificidade que delimitaria a noção de nova direita, com base no surgimento de novas tecnologias da comunicação. Como exemplo, as redes sociais (*Facebook, Twiter, Instagan*, dentre outros) e os aplicativos móveis de comunicação como o *WhatsApp* e similares.

A transformação de toda vida social diante da criação dessas novas tecnologias de comunicação é algo absolutamente inquestionável. Novos padrões de comportamentos, novas formas de interação e relações sociais do trabalho dentre tantas outras transformações, são resultantes dessas novas tecnologias que, por sua vez, também se transformam constantemente em um processo dialético. Mas a tecnologia não pode ser vista de forma dessocializada.

Em grande parte da construção do atual projeto da extrema-direita, a estratégia esteve centrada no esvaziamento do debate político de sua profundidade em função da reprodução automática e irrefletida de determinados discursos em uma espécie de “*memetização*” do espaço político. Movimento estratégico que reduz o espaço da defesa de ideias e propostas ao nível da superficialidade das mensagens curtas dos aplicativos móveis e das redes sociais. Nesse sentido, temos a explosão dos chamados *memes*, “*viralizando*” informações rasas, acintosamente descontextualizadas, bem como notícias falsas (*fake news*), em um vertiginoso e contínuo processo deliberado e muito bem estruturado de renovação. Essa discussão não se trata, obviamente, de uma crítica às inovações tecnológicas no campo das comunicações e as inimagináveis possibilidades que tais avanços proporcionaram e ainda podem proporcionar. Todavia, temos de refletir criticamente quanto aos usos políticos de tais recursos e suas consequências para a democracia, até mesmo como forma de defendê-la.

Por sua vez, essa nova estratégia de atuação política, que se mostrou efetiva e fundamental nos últimos processos eleitorais – não somente no Brasil, como também no exemplo da própria vitória de Donald Trump para a presidência dos EUA, em 2016 –, representou uma marca da campanha vitoriosa de Jair Bolsonaro e seus grupos aliados, em 2018. O importante é ter consciência de que, apesar dessa estratégia de ação política ser extremamente difusa, não pode ser compreendida como meramente espontânea e/ou aleatória. Se por um lado, existe uma imensa quantidade de materiais, *memes*, vídeos, frases de efeito, pequenos textos, notícias falsas, descontextualizações de episódios e etc, que são capilarmente reproduzidos, compartilhados e pulverizados por diferentes recursos tecnológicos utilizados por grande parte da sociedade brasileira; por outro, existem estruturas muito bem organizadas e financiadas para criar os mecanismos necessários para sua difusão, assim como aparelhos produtores de tais discursos e recursos variados de atuação política e ideológica.

Muitas dessas matérias convertidas em *memes* e *viralizadas* nas supracitadas redes sociais e aplicativos móveis, por sua vez, são conteúdos produzidos e/ou replicados por Blogs representantes de setores da direita, assim como, aparelhos de atuação política e ideológica mais complexos e diversificados em suas estratégias de ação. Essa atuação político-ideológica promovida por essas organizações atinge uma repercussão para além de qualquer controle e estimativa.

Tais discursos caracterizam-se por um conjunto de elementos que traduzem, significativamente, as suas pautas reacionárias, como, por exemplo, a ação desestruturadora, desarticuladora e esvaziadora do significado dos movimentos sociais e trabalhistas. Da mesma forma, temos a deslegitimação de lutas e bandeiras progressistas históricas vinculadas às concepções de liberdades individuais, valores democráticos e aos próprios Direitos Humanos. Também se caracterizam pelos sistemáticos ataques moralistas violentos sobre tudo o que envolve o debate de gênero e sexualidade, criando distorções e falsificações esdrúxulas. Assim como, podem ser identificados pela perseguição e desqualificação de outros grupos e minorias socialmente desfavorecidas e marginalizadas, sejam pelo componente étnico (desqualificação das lutas e demandas dos povos originários), racial (com ataques racistas à profissionais, construções de biotipos “suspeitos” para justificar a truculência policial sobre a população negra, dentre tantos outros) e social (criminalização da miséria muitas vezes amparada em uma sínica roupagem meritocrática).

Assim, nessas manifestações de ódio tão compartilhadas por meio dos novos recursos tecnológicos de comunicação, fica bastante evidente o ataque sistemático às políticas sociais como se essas fossem causadoras da crise (“*bolsa vagabundo*”); pelos discursos autoritários, truculentos, (“*bandido bom é bandido morto*”, “*Direitos Humanos é direitos dos manos*”), outros muitas vezes carregados de posicionamentos marcadamente preconceituosos, camuflados por uma suposta e conveniente “irreverência” (“*Não sou racista ou não sou homofóbico, isso foi apenas uma brincadeira*”; “*esse mundo ficou chato, não se pode mais brincar*”). Como também pela estratégia simbólica de produção de significados em uma espécie de “única”

alternativa “verdadeiramente antissistêmica”, pautada na refutação da política “tradicional” e, obviamente, nas construções antipetistas².

Portanto, mesmo assumindo proporções inimagináveis em sua difusão e capilaridade, é importante ter em vista a existência de centros formuladores e deliberadamente organizados para a elaboração e execução de tais mecanismos de ação política. Ou seja, não se trata de uma manifestação espontânea, mas de uma estratégia política e ideológica, mobilizada deliberadamente por determinadas organizações representantes das direitas brasileiras. Sendo assim, o elemento crucial não está no recurso tecnológico em si, mas sim, em quem e como esse recurso está sendo utilizado.

Feitas as devidas considerações a respeito da importância fundamental dessas novas tecnologias da comunicação para o avanço e ascensão ao poder por parte da extrema-direita no Brasil, é preciso compreender que tal processo não poderia caracterizar o que chamamos por “nova direita”. Como demonstrado acima, as novas tecnologias representam mecanismos estratégicos amplamente acionados pelas direitas, inclusive a mais reacionária ligada ao bolsonarismo, mas isso não define uma nova expressão da direita e, tampouco, do movimento reacionário, mas sim um dos seus mecanismos de atuação.

Como discutido pelo pesquisador João Elter Miranda, se partirmos do pressuposto de que o que define e caracteriza esse movimento da chamada nova direita seria a revolução das tecnologias de comunicação, cairíamos em um problema de ordem metodológica. Diante dessa linha de interpretação, a cada inovação tecnológica pretérita ou futura, que revolucionou ou vier a revolucionar o campo das comunicações e, por sua vez, tiver repercussões importantes no jogo político e ideológico, teríamos que considerar como uma nova expressão das direitas. Nesse raciocínio, por exemplo, a criação do rádio representaria a ascensão de uma nova direita brasileira; o advento da Televisão traria consigo novamente uma nova expressão da direita e assim por diante. Por conseguinte, as novas tecnologias de comunicação representam um importante mecanismo de atuação política, mas não define uma nova expressão das direitas brasileiras³. Em terceiro, temos abordagens que propõem um recorte político para a caracterização da atual conjuntura valendo-se da noção de “nova direita”. Tais concepções partem do entendimento de que essa ascensão das direitas, devem ser observadas como uma espécie de reação conservadora diante dos governos de esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT). Com base nessa abordagem, as ditas “políticas de conciliação de classes” promovidas pelos governos petistas – principalmente nos mandatos de Lula e no primeiro mandato de Dilma Rousseff – teriam possibilitado a ascensão social de segmentos das classes subalternas, criando descontentamentos entre determinados segmentos característicos das classes médias brasileiras.

² Em sua tese de doutorado a pesquisadora Isabel Grassioli traz uma importante contribuição para a reflexão quanto à atuação da nova direita por meio das redes sociais. GRASSIOLI, Isabel. *A Nova Direita no Brasil* (2011-2016): Uma análise da atuação política no Facebook. Tese de Doutorado em História. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2019.

³ MIRANDA, João Elter. Existe uma “nova direita” no Brasil? In: <https://www.youtube.com/watch?v=Y1y8knPuaGY&t=209s>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

Nessa perspectiva, os programas de transferência de renda como o “Bolsa Família”, o “Minha Casa Minha Vida”, as cotas sociais e raciais nas universidades e serviços públicos, a ampliação de direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas dentre outras medidas, que, de fato, representaram um importante processo de melhoria de vida dos setores populares, seriam interpretados como um custo alto a ser pago pelas classes médias.

Entretanto, é importante destacar que o programa de reformas estruturais com o qual o PT se amparou e obteve forte apoio popular, em primeiro lugar, não representou efetivamente um projeto de emancipação para a classe trabalhadora, a ponto de colocar em risco os interesses de acumulação das classes dominantes brasileiras. Como bem definiu o historiador Eurlino Coelho, tratou-se de “*uma esquerda para o capital*”⁴. Em segundo, o projeto de “social-liberalismo” do PT fora abandonado pelo partido logo no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, que passou a assumir um pacote de austeridade que vinha sendo cobrado pelos próprios setores das direitas brasileiras. O governo petista fez tudo o que estava ao seu alcance para conter a desconfiança de seus “patrões”⁵.

Nesse sentido, a reforma política que poderia romper com as velhas estruturas oligárquicas; a reforma tributária com a taxação das grandes fortunas, tributação progressiva que desonerasse a classe trabalhadora; e a tão sonhada reforma agrária, foram todas deixadas de lado pelos governos do PT. A chamada política de conciliação de classes, por sua vez, revelou-se na forma de políticas compensatórias. Por um lado, tal estratégia possibilitou uma sensível melhoria de vida para setores populares. Por outro, também atendeu, com muita generosidade, a grande burguesia e os interesses do capital. Principalmente os interesses do megacapital multinacional, com a expressiva transferência de recursos, ativos e políticas que beneficiaram diretamente, por exemplo, as chamadas “campeãs nacionais”⁶.

Por certo tempo os governos do PT obtiveram apoio e forte aprovação de importantes frações da burguesia brasileira, onde o índice de aprovação do Governo Lula, ao final dos seus dois mandatos à frente do Poder Executivo, em dezembro de 2010, chegou a 87%, de acordo com a pesquisa do CNT/Sensus⁷. Os governos do PT

⁴ COELHO, Eurlino. *Uma Esquerda para o Capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979 – 1998)*. São Paulo: Xamã, 2012.

⁵ MATOS, Marcelo Badaró. De Junho de 2013 a Junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura Brasileira. In: DEMIER, Felipe e HOEVELER, Rejane. *A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p. 105.

⁶ “Campeãs Nacionais” é o termo utilizado para designar uma política de desenvolvimento industrial voltada a mobilizar grandes corporações, baseada em um forte apoio do Estado, principalmente, por meio da viabilização de recursos via BNDES e caracteriza uma importante estratégia capital-imperialista, implementada nos anos 2000, durante os primeiros mandatos do presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT).

⁷ Os dados podem ser consultados em diferentes órgãos da mídia brasileira, aqui exemplificados pelo Jornal Estadão e Gazeta do Povo. ESTADÃO: Recorde de aprovação a Lula é mundial, diz CNT/Sensus - Política - Estadão (estadao.com.br). Acesso em 12 de set. 2022. GAZETA DO POVO:

mantinham um diálogo próximo com representantes de setores importantes das classes dominantes brasileiras, como dirigentes da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), como o próprio Ministro da Agricultura do Governo Lula, Roberto Rodrigues. Outro símbolo dessa relação com a grande burguesia, pode ser observado no apoio público e midiático por parte do empresário Jorge Gerdau Johannpeter, do grupo Gerdau e dirigente de inúmeras organizações representativas do empresariado e da direita brasileira.

Todavia, observando as manifestações organizadas por setores das direitas a partir de 2014, é possível verificar que as políticas mais populares desenvolvidas pelo PT, em certa medida, incomodaram ou serviram de justificativa, para segmentos das classes médias e mobilizaram boa parte dos discursos pró-impeachment, assim como, o próprio programa antissocial da extrema-direita bolsonarista. Mas, como dito, os governos do Partido dos Trabalhadores não representaram uma verdadeira ameaça aos interesses do capital, tampouco, podem explicar isoladamente a estruturação e expansão das direitas no Brasil contemporâneo.

As diferentes expressões das direitas brasileiras não podem ser compreendidas e reduzidas a meras reações ao próprio PT. Tal compreensão, por sua vez, superdimensiona o Partido dos Trabalhadores nesse jogo e, por outro lado, negligencia ou subestima as próprias iniciativas e as estratégias organizativas das distintas frações da burguesia brasileira, ao longo das últimas décadas. O fato é que boa parte dos mesmos indivíduos e grupos que compunham a turba pró-impeachment nas ruas, a partir de 2014, durante, pelo menos, uma década conviveram com essas mesmas políticas que passaram a criticar, sem que isso representasse alguma ameaça aos seus interesses.

O esgotamento das chamadas políticas econômicas anticíclicas implementadas pelo PT – diante da crise prolongada, e a incapacidade dos governos petistas em atender aos interesses da burguesia no que concerne ao aprofundamento das contrarreformas, na intensidade e velocidade que esses grupos almejavam – talvez explique melhor o descontentamento de segmentos das classes médias em relação ao governo petista.

Ancorada nessa abordagem de que o avanço da direita seria uma reação aos governos de esquerda, outras análises relacionam essa ascensão a uma suposta consequência direta das manifestações multitudinárias conhecidas como Jornadas de Junho de 2013. Sob essa ótica, os protestos de caráter progressista, convocados por movimentos organizados como o MPL (Movimento Passe Livre) – que tinham como bandeira a questão do “passe livre”, como forma de reação aos aumentos das tarifas de ônibus em várias regiões do Brasil, mas que também contemplavam um debate mais amplo sobre a necessidade e qualidade de serviços públicos como forma de garantia de preceitos constitucionais e dignidade da classe trabalhadora –, teriam, por sua vez, aberto um campo perigoso de ataque aos governos do PT e riscos à Democracia brasileira. Nessa perspectiva, as manifestações progressistas do “Passe Livre” de 2013, ao tecer fortes críticas aos governos do PT, teriam supostamente gerado como efeito colateral uma ruptura da base social de legitimação do governo petista e, para além

disso, uma abertura do caminho para a ascensão do movimento reacionário que passou a ser caracterizado como “nova direita”.

Esses novos discursos e arranjos das direitas, de acordo com essa análise, teriam se constituído da apropriação e reconfiguração dessas mobilizações, onde paulatinamente a pauta progressista foi sendo substituída por movimentos “anticorrupção”, “antipolítica”, dando mais força e projeção ao chamado *Lavajatismo* e, enfim, criando o solo social para o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A partir daí, essa escalada do movimento reacionário teria adquirido mais musculatura e apoio popular até culminar na eleição da figura de Jair Messias Bolsonaro para Presidente da República do Brasil.

Novamente temos uma tentativa de explicação da ascensão das direitas partindo de uma espécie de centralidade do papel do Partido dos Trabalhadores. É um argumento que atribui uma espécie de culpa aos próprios movimentos progressistas pelo avanço da onda conservadora, à medida que teriam sido “inconsequentes” ao atacar um governo “legítimo de esquerda”, abrindo espaço para o avanço das direitas.

Tal concepção, apesar de apresentar certos aspectos conjunturais importantes que ajudam a explicar o levante do povo nas ruas, bem como, a apropriação das ruas pelos movimentos das direitas, por outro lado, mais uma vez, desconsideram as estruturas organizativas da própria direita que se renovavam e redefiniam suas estratégias de atuação, desde a redemocratização do Brasil. Além disso, negligenciam outros elementos conjunturais importantes como a própria crise econômica prolongada e, como consequência, a própria crise política que já vinha se intensificando, agravada pelas sucessivas denúncias de corrupção sobre o Partido dos Trabalhadores. Como afirma Marcelo Badaró, “*em tempos de crise econômica mais aguda, esse quadro político facilita a ação de rapina do grande capital, que se alivia de qualquer peso extra e se despe de todas as máscaras de sustentabilidade social*”⁸.

Por conseguinte, partimos do pressuposto de que esse movimento reacionário, que congrega diferentes matrizes do pensamento liberal e conservador, constitui-se como um processo histórico complexo, envolto por uma conjunção de elementos estruturais, no âmbito do capitalismo mundializado, e conjunturais, no sentido das estratégias de atualização da hegemonia burguesa no Brasil, que precisam ser observados não apenas a partir de 2013, mas sim, a partir das últimas três décadas.

Apesar de estarmos diante de um fenômeno marcado por uma assustadora e aparentemente repentina ascensão de um movimento de extrema-direita – que parece ter surgido “do nada” ou surgido como um suposto efeito colateral que se deu em função de uma fissura no bloco de poder com as manifestações de 2013 –, é preciso ter em vista que esse processo carrega marcas mais profundas. Desde a redemocratização do Brasil, no final dos anos de 1980, segmentos conservadores e reacionários da burguesia brasileira, insatisfeitos com os rumos da chamada “Nova República”, com as novas diretrizes estabelecidas nas disputas da constituinte, passam a atualizar suas estratégias,

⁸ MATTOS, *op. cit.*, p. 98.

principalmente através da estruturação articulada de um conjunto de organizações de atuação política e ideológica.

Essa redefinição das bases de atuação das direitas pós redemocratização, entretanto, também não dá conta de explicar sozinha a guinada recente para um projeto de extrema-direita. Mais do que isso, também não dá conta de explicar o fato dessa alternativa mais autoritária ter conseguido agregar outros estratos de classe, obtendo sucesso e conquistado o poder do Estado, nesse momento.

O pressuposto aqui defendido é o de que a definição de algo novo e transformador no conjunto das estratégias de atuação que caracterizam a chamada “nova direita” seria o seu novo *modus operandi*, que passa a ser verificado a partir do processo de redemocratização do país, no final dos anos de 1980 e adquire musculatura nas décadas seguintes. Ou seja, o caráter específico que dá sentido analítico e define a categoria de nova direita, em nossa abordagem, consiste em sua forma de atuação extremamente articulada por meio de suas organizações de ação política e ideológica, em uma sociedade civil cada vez mais complexa, ampliando e funcionalizando a dominação de classe em sua relação intrínseca com o Estado. Essas organizações de atuação propositiva e organizativa dos interesses das diferentes frações das classes dominantes brasileiras, constituem-se como espaços fundamentais para a elaboração de projetos de hegemonia burguesa, ampliação de seus intelectuais orgânicos, projeção política de seus quadros, assim como na produção de consenso em torno de seus projetos e concepção de mundo⁹.

Por conseguinte, como apresentado, partimos do entendimento de que: não são os discursos; as novas tecnologias de comunicação; a suposta reação aos governos de esquerda, com uma abertura no bloco de poder com as manifestações iniciadas em 2013; ou os atores desse processo (tendo em vista que muitos dos personagens de destaque na ascensão desse novo movimento reacionário, estão em atuação na política brasileira a muitas décadas ou são pertencentes de famílias poderosas no conjunto das classes dominantes do país) que definem conceitualmente essa “nova direita”. Todos esses elementos elencados, por sua vez, compõem características, o repertório e as estratégias de ascensão das direitas no Brasil contemporâneo, entretanto, isoladamente não são suficientes para a sua caracterização.

Extrema-direita bolsonarista como uma das expressões da nova direita

Diante da tentativa de caracterização da “nova direita”, é fundamental reforçar a constatação de que as direitas não se configuram como um bloco homogêneo, tampouco se definem pelo Bolsonarismo e o projeto de extrema-direita que assumiu o poder no Brasil, em 2019. Dessa forma, o projeto reacionário bolsonarista representa uma expressão no conjunto heterogêneo das direitas brasileiras. A noção de nova direita seria mais abrangente do que o projeto de extrema-direita que se apresenta. Ela

⁹ Para conhecer mais sobre organizações de atuação política e ideológica que ajudam a caracterizar o *modus operandi* da nova direita brasileira: CASIMIRO, Flávio.H. C. *A Nova Direita: aparelhos de atuação política e ideológica no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018 e CASIMIRO, Flávio H. C. *A Tragédia e a Farsa: ascensão das direitas no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

contempla outras expressões e projetos que, em diferentes conjunturas, podem entrar em conflito ou articularem-se em torno de um partido da ordem.

Nesse sentido a utilização do termo “direitas”, no plural, é importante para demonstrar o caráter heterogêneo, contraditório e, mesmo, conflitivo do conjunto das frações burguesas. Tais distinções, tanto no plano teórico-político, mas principalmente, no plano econômico-corporativo, abarca importantes conflitos interburgueses que, por sua vez, traduzem-se em diferentes projetos de hegemonia.

Por outro lado, também é verdade que, mesmo contemplando tais divergências e conflitos, muitas vezes aparentemente inconciliáveis no plano teórico-político, essas distintas frações burguesas, em conjunturas específicas, deixam de lado certos particularismos e articulam-se em torno de um projeto comum como salvaguarda de seus interesses mais essenciais no plano da acumulação de capital. Como foi o caso da articulação das direitas em torno do projeto bolsonarista, em 2018.

A análise da atualização da hegemonia burguesa no Brasil, por sua vez, tendo como nexos articuladores um projeto da extrema-direita, precisa considerar a compatibilização histórica de uma complexa trama de elementos e condicionantes. Evidentemente não é nossa pretensão dar conta de todo esse processo neste pequeno ensaio com a devida profundidade que isso demandaria. Tal exercício exigiria análises mais aprofundadas que articulem diferentes aspectos importantes e definidores dessa conjuntura como a própria crise econômica do capitalismo, enfrentada a partir de 2008, assim como o esgotamento das políticas econômicas anticíclicas e as medidas compensatórias adotadas pelo PT, que, como já citado anteriormente, aliavam uma ampliação do escopo das políticas focalizadas no âmbito social com pesadas conversões de recursos para a grande burguesia, principalmente, para as chamadas “campeãs nacionais”.

Podemos elencar ainda a estratégia fracassada da direita tradicional, encabeçada pelo PSDB, que alicerçada no *lavajatismo* e na grande mídia, apostou na retirada antecipada do PT para assumir o poder, mas acabou derrubada, numa espécie de “fogo amigo”, com seus próprios escândalos de corrupção e a desconfiança criada pelo discurso de ataque à “política tradicional”. Nessa linha, outro elemento consiste nas repercussões importantes da crise política, com o avanço sistemático e deliberadamente propagado do sentimento de antipolítica, anticorrupção e antipetismo.

A onda conservadora contempla também o avanço significativo das religiões evangélicas pentecostais e neopentecostais que penetram com muita capilaridade em todas as regiões do país, principalmente nas grandes periferias, prestando serviços muitas vezes negligenciados pelo Estado, ocupando um espaço que, em certa medida, era ocupado por movimentos sociais. Dessa forma, esse movimento acaba conseguindo estabelecer sua ética pautada, principalmente, na teologia da prosperidade, assim como em um conjunto de pautas moralizantes e reacionárias. Nessa linha, temos ainda, o avanço e aparelhamento de grandes áreas periféricas urbanas, principalmente no Rio de Janeiro, controladas por milícias, fortemente organizadas e articuladas às forças policiais (principalmente civis e militares) e à institucionalidade estatal, inclusive

compondo quadros da sociedade política. A tudo isso vincula-se a estruturação de um arranjo de bancadas legislativas conservadoras, articulando os segmentos agroindustriais, militares belicistas, e religiosos, principalmente, evangélicos na chamada bancada “*BBB*” (Boi, Bala e Bíblia).

Todos esses elementos – além de outros não elencados nesse momento, como a própria escalada da violência e criminalidade, por exemplo – compõem um cenário importante, onde a extrema-direita bolsonarista, soube muito bem se aproveitar para ganhar espaço e avançar sobre o terreno social, inclusive, sobre o campo da própria direita tradicional, onde sua grande estratégia fora a funcionalização do medo. Esse mecanismo discursivo eficiente foi, sem dúvidas, massiva e sistematicamente acionado por esse segmento reacionário para sair de uma condição, praticamente, inexpressiva no próprio conjunto das direitas – haja vista a própria presença pífia desses setores nas manifestações das direitas a partir de 2014 – para assumir o protagonismo na reta final da disputa eleitoral de 2018.

A extrema-direita, dessa forma, constrói um discurso socialmente poderoso em torno do medo em diferentes aspectos da vida social, dentre estes destaca-se: o medo do desemprego diante da crise econômica sistematicamente atribuída ao PT; o medo da violência crescente, culpabilizando além dos governos petistas, os próprios Direitos Humanos; o medo de uma suposta degeneração e desagregação da “família tradicional” e dos “bons costumes” pautados na religiosidade cristã e, a partir daí, o medo da “*mamadeira de piroca*”, do “*Kit Gay*”, da “*ideologia de gênero*” etc, que mobilizam os segmentos mais conservadores da sociedade; assim como o medo do comunismo e do chamado “marxismo cultural” que, de acordo com esse discurso, dominava toda produção cultural e intelectual do país.

Considerações Finais

Destaca-se, por conseguinte, que a proposta deste ensaio não foi estabelecer uma categorização rígida e definitiva sobre a noção de nova direita no Brasil, todavia, consistiu em tentar demarcar algumas características no sentido de contribuir para a construção coletiva dessa categoria. Nesse sentido, a tentativa de circunscrição categórica do termo nova direita, representa, contudo, a própria busca pela compreensão dos elementos que constituem a ascensão reacionária que enfrentamos no Brasil contemporâneo.

Nessa busca mostra-se importante ter em vista o entendimento sobre a composição do movimento reacionário que ascendeu ao poder no Brasil contemporâneo, não como a própria definição de uma nova direita brasileira, mas como uma de suas expressões possíveis. Da mesma forma, também não podemos compreender a burguesia brasileira como uma espécie de bloco essencialmente coeso e homogêneo. A burguesia é constituída por distintas frações de classe que, por sua vez, defendem interesses específicos e imediatos, caracterizando conflitos interburgueses importantes. Por outro lado, esses diferentes estratos de classe, independentemente de seus interesses mais imediatos, também constroem relações articuladas em torno de projetos comuns, alinhando-se em determinadas condições histórico-sociais concretas, no sentido de salvaguardar o essencial para a reprodução ampliada do capital.

Dessa forma, na atual conjuntura é possível perceber muitas dessas diferenças de ordem teórico-políticas, principalmente no campo dos valores e da cultura, serem suprimidas ou subjugadas pela ascensão do reacionarismo que aparece como alternativa pragmática para viabilizar as mudanças e interesses mais essenciais de ordem econômico/corporativa. Esse atual alinhamento entre distintas frações burguesas em torno de um projeto de extrema-direita sinaliza para o processo de atualização da hegemonia burguesa em marcha no Brasil contemporâneo.

Artigo recebido em 29.8.2022

Aprovado em 14.10.2022